

# Ensino laico ou confessional católico? Disputas em torno da educação na Argentina (final do século XIX e início do XX)

*Secular or Confessional Catholic Teaching? Disputes Around  
Education in Argentina (Late 19th and Early 20th Centuries)*

Giuslane Francisca da Silva\*

## RESUMO

Desde meados do século XIX até o início do XX, ocorreu a introdução de vários movimentos políticos e filosóficos na Argentina. Um dos pontos que os unia era a criticidade em relação às interferências da Igreja Católica nas questões do Estado, inclusive na educação. Defendiam uma educação pública, gratuita e laica. A Igreja, por outro lado, teceu muitas críticas aos ditos modernistas e seus projetos em relação à educação, considerados por ela como “inimigos do cristianismo”. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é trazer algumas das discussões travadas entre modernistas e a Igreja Católica sobre a educação. A partir da literatura sobre a temática e da análise de cartas encíclicas publicadas entre 1864 e 1907, foi possível perceber o exercício da Igreja em dois sentidos: primeiro, em condenar os movimentos modernistas e, segundo, a defesa de um modelo de educação “ideal”, isto é, pautado nos valores do catolicismo.

Palavras-chave: educação; laicização; Igreja Católica.

## ABSTRACT

From the middle of the 19th century until the beginning of the 20th, several political and philosophical movements took place in Argentina. One of the points that united them was the criticism of the interference of the Catholic Church in matters of the State, including education. They defended a free, secular public education. The Church, on the other hand, has made many criticisms of the so-called modernists and their projects in relation to education, considered by her as “enemies of Christianity”. In this sense, the purpose of this article is to bring some of the discussions between modernists and the Catholic Church about education. From the literature on the subject and the analysis of encyclical letters published between 1864 and 1907, it was possible to notice the exercise of the Church in two ways: the first, in condemning the modernist movements, and the second, the defense of an “ideal” model of education, that is, based on the values of Catholicism.

Keywords: education; laicization; Catholic Church.

---

\* Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. giuslanesilva@hotmail.com

a Igreja não se contenta com indicar o caminho que leva à salvação; ela conduz a esta e com a sua própria mão aplica ao mal o conveniente remédio. Ela dedica-se toda a instruir e a educar os homens segundo os seus princípios e a sua doutrina, cujas águas vivificantes ela tem o cuidado de espalhar, tão longe e tão largamente quanto lhe é possível. (LEÃO XIII, 1891)

A Igreja Católica é uma instituição milenar. Atravessou ao longo de sua trajetória momentos de glórias, conquistas, perdas e muitas crises, mas resistiu e continua deveras poderosa no mundo ocidental. Com o decorrer dos anos, a educação passou a ser um importante mecanismo de evangelização adotado pela Igreja Católica, haja vista que permitia um duplo alcance. Primeiro, a criança e, concomitantemente, os pais. A fé católica era ensinada durante as aulas nas instituições escolares que compunham a “rede” de educação confessional católica. No que se refere à atuação da Igreja Católica nas colônias, é sabido que esta se fez presente desde a colonização. Na América Latina, sua presença se fazia valer nas figuras dos jesuítas, mercedários e dominicanos, especialmente. Igreja e Coroas Ibéricas andaram juntas no processo de colonização, cada qual com seus respectivos interesses (SILVA, 2012).

Todavia, na América Latina, ao longo do século XIX e início do XX, a Igreja viveu momentos de crises e tensões. Esse contexto um tanto tenso foi reflexo da entrada de movimentos políticos e filosóficos que criticavam o controle da Igreja sob diversos ângulos, sobretudo na esfera política. Tais filosofias embasaram as lutas pela independência de grande parte dos países latino-americanos, e a construção dos mesmos como Estado-Nação, a reivindicação pelo republicanismo, alguns lutaram também pelos direitos trabalhistas, entre outras bandeiras levantadas. No entanto, foi a defesa pela separação entre Igreja e Estado que trouxe mais preocupações à Santa Sé. O laicismo estendia-se para vários segmentos, como a secularização dos cemitérios, a instituição do casamento civil, além da laicização da educação (OLIVEIRA, 2009; CATÚRÉLLÍ, 1984; TALAVERA, 2016).

Analisar as políticas da Igreja para a educação frente à sua laicização, proposta pelos movimentos filosóficos na Argentina, é o objetivo deste artigo. O recorte temporal compreende a segunda metade do século XIX e início do

XX. Objetivo também entender como tais filosofias (iluminismo, positivismo, Maçonaria, socialismo e anarquismo), defenderam a educação e de que forma a Igreja Católica reagiu a essas propostas.

O texto divide-se em duas partes. Na primeira, discuto sobre a introdução dos movimentos políticos e filosóficos na Argentina, bem como a defesa que faziam em relação à educação. Na segunda, analiso a partir de cartas encíclicas as críticas da Igreja à essas filosofias e, conseqüentemente, sua proposta para a educação. As cartas encíclicas, ou simplesmente, encíclicas, são documentos pontifícios enviados ao corpo eclesástico da Igreja Católica (O QUE É ENCÍCLICA?, s. d., s. p.). Optei por utilizar tais documentos visto que parte dos conteúdos dos mesmos faz referências aos movimentos políticos e/ou filosóficos aqui abarcados. No geral, as tais cartas apresentam dois objetivos: o primeiro, combater tais movimentos e, em segundo, traçar estratégias de atuação da Igreja Católica diante de tal contexto.

#### A DEFESA PELA EDUCAÇÃO LAICA, PÚBLICA, GRATUITA E OBRIGATÓRIA

Os modernistas, como foram denominados por Pio X, referem-se àqueles que se rendiam ao espírito do mundo, ou seja, contestavam de alguma forma os princípios da Igreja Católica. Entre eles, podemos citar a emergência de movimentos políticos e filosóficos no mundo Ocidental, tais como o iluminismo, positivismo, liberalismo, esoterismo, espiritismo, anarquismo, socialismo etc. O termo também reporta a “um movimento desencadeado na Igreja Católica na viragem do séc. XIX para o séc. XX com o objetivo de adaptar a doutrina e as estruturas do catolicismo às tendências do pensamento contemporâneo” (FELÍCIO, 2002, p. 373).

Nesse sentido, os modernistas foram, de acordo com a Igreja, todos aqueles que se identificavam de alguma maneira com o mundo moderno, católicos liberais, progressistas e movimentos políticos e filosóficos da época. Muitos dos movimentos acima citados possuíam caráter anticlerical. Outros, além do anticlericalismo, defendiam a separação entre Igreja e Estado, a laicização do ensino, a secularização dos cemitérios, a instituição do casamento civil etc. Havia também, por parte de alguns, a luta por direitos trabalhistas, igualdade social, fim da propriedade privada, entre muitas outras reivindicações. Aqui, vou me

deter na proposta educacional defendida pelos supracitados movimentos na Argentina. É claro que, se tratando de um artigo, não será possível discutir com profundidade e complexidade os pontos de vista de cada um. Busquei realizar a discussão de forma que os principais pontos se fizessem conhecidos.

É importante pontuar que, na Argentina, assim como no Brasil, a educação na colônia esteve a cargo das ordens religiosas católicas. Os mercedários e franciscanos iniciaram a evangelização de forma efetiva, utilizando-se inclusive da educação. Outras ordens como dominicanos e agostinianos contavam com espaços educativos próprios. Os jesuítas deram início às atividades na colônia no final do século XVI, seguindo o modelo de reduções. Nas reduções, os indígenas eram alfabetizados ao mesmo tempo em que tomavam conhecimento da fé católica. É sabido ainda que trechos da Bíblia Sagrada eram utilizados nesse processo de alfabetização. De acordo com alguns estudiosos, a educação se restringia em muitos casos em decorar trechos bíblicos. Pouco tempo depois, em 1621, os jesuítas fundaram o Colégio Máximo em Córdoba, que veio a ser futuramente uma universidade. É importante ressaltar que essas atividades educativas visavam a formação do próprio corpo de clérigos e elites locais (TORRES, 2014). Destarte, ficava à margem do processo de escolarização uma parte expressiva da população.

A exemplo dos colégios, as primeiras instituições de ensino superior também nasceram atreladas à educação cristã. Foi somente no final do século XIX, com a Geração de 1880, que militava em defesa do laicismo do Estado e da educação, que a mesma veio a tornar-se pública, gratuita e obrigatória, uma prioridade do Estado (PULLA, 2011).

Já no século XIX, no decorrer do processo de independência, um grupo de intelectuais portenhos, como Mariano Moreno e Manuel Belgrano, idealizou a criação de um sistema escolar público e gratuito. Proposta que ganhou outros adeptos no decorrer do tempo, principalmente com os ditos modernistas. Ainda nesse século, com a Revolução de Maio (1810), que marcou o início do processo de independência, a filosofia iluminista exerceu um papel significativo. Aliás, a partir daí, a mesma fortaleceu-se de forma expressiva. A relação entre Igreja Católica e os princípios do iluminismo foi desde o início conflituosa. Isso porque as liberdades modernas, a exemplo da liberdade de pensamento e expressão como um direito inerente ao homem (DOMINGUES, 2015), que a doutrina filosófica colocava como uma das principais pautas de

reivindicações, eram vistas pela autoridade da Igreja como “contrastantes com a absolutez (e a unicidade) da verdade e, sobretudo, como uma ameaça direta à própria possibilidade da sua legitimidade, enquanto atentavam contra o princípio de autoridade que está na base da estrutura hierárquica da Igreja” (PIANNA, 2012, s. p.).

O primeiro grupo de intelectuais iluministas de destaque ficou conhecido como Geração de 1837. O movimento literário de caráter reformista provém de um Salão Literário organizado em maio daquele ano, numa livraria de Buenos Aires. Era composto por jovens entusiastas, tais como Sarmiento, político, escritor e jornalista, Juan Alberdi, um dos mais profícuos pensadores argentinos, Esteban Echeverría, famoso poeta, entre outros. Tinham como fonte de inspiração as sociedades revolucionárias espalhadas pela Europa (SHUMWAY, 2008).

Os pensadores da Geração de 1837 abordaram, entre tantos outros temas, a questão da educação. Alberdi, por exemplo, esboçou suas críticas em relação à atuação da Igreja Católica na educação. Para ele, o clero deveria educar a si mesmo, mas não a elite pensante do país. Elite esta composta por advogados, negociantes, militares e estadistas. De acordo com ele, o clero não era capaz de transmitir os instintos mercantis e industriais tão necessários à distinção dos homens da América do Sul. Não caberia à Igreja, portanto, tratar da educação (SHUMWAY, 2008). Anos mais tarde, a Constituição de 1853, que assegurava apoio à Igreja Católica Romana por parte do Estado e exigia que o presidente fosse católico, foi a mesma que estabeleceu a educação primária e gratuita. Essa conjuntura abria espaço também às ideias liberais conforme a defesa da Geração de 1837. Na década de 1860, as ideias de educação laica foram ganhando cada vez mais espaço, sobretudo a partir das lutas de outros movimentos, tais como a filosofia positivista.

O positivismo foi uma das vertentes filosóficas que prevaleceu na América no decorrer do século XIX. Tal filosofia deu embasamento às Constituições, construções dos nacionalismos nos recém-países independentes nas Américas, respaldou os processos de modernização, educação (em defesa da laicidade, gratuidade e do acesso para todos) etc. De que forma suas propostas chocavam com os interesses da Igreja Católica? De que maneira a Igreja reagiu ao positivismo? Vejamos. O positivismo argentino alcançou seu auge entre os anos de 1880 e 1910, período este marcado também por um significativo avanço científico e pela estabilidade econômica do país, conhecido como *Belle Époque*.

Nessa fase, destacaram-se algumas figuras políticas de renome na sociedade argentina, como José Ingenieros (também espírita) e Coriolano Alberini. Discuto logo abaixo algumas ideias desses pensadores.

Essa geração de intelectuais fazia parte da pequena e média elite bonaerense, essencialmente positivista. Alguns chegaram a ocupar altos postos de trabalho na burocracia estatal, enquanto outros se destacaram como catedráticos da Universidad de Buenos Aires. A secularização seria sentida especialmente nos grupos de elite que, muito embora fossem pequenos numericamente falando, exerceram um papel de liderança na vida política, cultural e social do país. Para alguns positivistas, a exemplo de Sarmiento, o futuro do país, assim como a consolidação dos novos valores, dependia da difusão e otimização do ensino, ou seja, da quantidade de conhecimento científico que podia ser ensinado no menor tempo possível (VERÁSTEGUI, 2015). Ciência estava associada ao dito progresso.

A educação também foi objeto das discussões de J. Alfredo Ferreira (1836-1938), educador da Escuela Normal de Paraná. Quando fora nomeado diretor das Escolas da Província de Corrientes, iniciou um trabalho com abrangência nacional, estimulando a criação de escolas e educação primária na linha sarmientiana. Procurou ainda renovar “os planos de estudos e metodologias de ensino, baseando-se na ação e pensamento educativo da Escola Normal” (CODES, 1988, p. 215).<sup>1</sup> Fundou a revista *La Escuela Positivista* (1895), que também estava aberta aos mais diversos vieses ideológicos. Outro positivista que se destacou nessa fase foi Coriolano Alberini (1886-1960). Alberini foi um filósofo e professor universitário, além de um enfático defensor do positivismo que escreveu um número significativo de obras. Para ele, o surgimento (introdução) do positivismo na Argentina está ligado a uma nova fase que o país atravessava. O ano de 1880 simbolizava o fim de uma Argentina que ainda continha traços da tradição passada, ao mesmo tempo em que marcou o início de uma era de progresso material, crescimento econômico e novas políticas econômicas. Todos esses elementos contribuíram para o avanço do país, colocando-o em posição de destaque no continente (VERÁSTEGUI, 2015). Foi nessa época que o ensino secundário e superior financiados pelo Estado foram difundidos. Surgiram as escolas nacionais, tendo na Escola Nacional do Paraná a principal referência, e as escolas normais, instituições essas criadas com o intuito de formar docentes para o ensino elementar. Entre o final do século

XIX e início do XX, Southwell (2018), afirma que foram traçadas algumas modificações e a separação curricular entre os Colégios Nacionais e as Escolas Normais. As instituições recrutavam diferentes públicos, com objetivos distintos. No primeiro caso, o objetivo era a formação das elites para ocuparem altos cargos no governo do país e de lá também saíam os futuros médicos, advogados, engenheiros etc. O mais famoso desses colégios foi o Colégio Nacional de La Plata, fundado em 1884, por Joaquín Víctor González. No segundo caso, o público era composto por pessoas da classe média e era justamente daí que saíam as professoras e professores (SOUTHWELL, 2018).

A educação foi um tema do qual os positivistas também se ocuparam, como dito anteriormente. O pensamento positivista partia do princípio de que a razão humana é capaz de elaborar investigações científicas, e a partir dessas investigações confirmar ou não a veracidade de algo. A educação de acordo com o positivismo

teria o dever de ensinar e de inculcar nas pessoas o que prega a filosofia positiva, deveria mostrar qual o papel de cada indivíduo dentro da sociedade, além de contemplar o estudo dos fenômenos e das 7 (sete) ciências fundamentais: matemática, astronomia, física, química, fisiologia, física social e a moral. A educação deve envolver o todo, o estudo pessoal das generalidades científicas, contribuir para o progresso particular das diversas ciências positivas, abranger o conjunto dos conhecimentos positivos, ter o espírito da época e ser adaptada às necessidades da civilização moderna. (DE CARVALHO e HENNING, 2006, p. 3)

Na Argentina, a filosofia positivista trouxe

a reivindicação do valor das ciências naturais, do qual derivou o uso do método experimental e indutivo; com a possibilidade de promulgar leis universais. Fez depender o desenvolvimento moral do esclarecimento científico alcançado pelo indivíduo. O positivismo teve seu foco na “Escuela Normal de Paraná”, impregnada pela concepção filosófica positivista e impulsionada pelos ideais liberais e civilizadores. (VERÁSTEGUI, 2015, p. 29051)

Logo o enciclopedismo tornou-se o ideal formativo dos colégios nacionais, que com uma concepção positivista orientava tanto a formação quanto a prática de ensino.

A imigração foi essencial nesse processo. Com a chegada dos milhares de imigrantes, advindos em sua maioria da Espanha e Itália, o Estado argentino em ascensão e consolidação viu-se obrigado a criar mecanismos que despertassem nos imigrantes o sentimento de pertença. A saída foi investir na educação pública e serviço militar obrigatório. Tais medidas impulsionaram a fundação de escolas públicas pelo país (LIONETTI, 2006). Muitos debates giravam em torno do currículo das escolas públicas e as opiniões dividiam-se, sobretudo, em relação a um tema, o ensino da religião. De acordo com Lúcia Lionetti:

daqueles que defenderam o ensino da religião como meio para conseguir moralizar os costumes do povo e daqueles que assumiram o compromisso de garantir uma educação livre e igualitária para todos os habitantes da nação, ou seja, um discurso claramente dirigido aos homens e mulheres provenientes de outras regiões que professavam diferentes cultos. (LIONETTI, 2006, p. 81)

As discussões acerca da temática estenderam-se ao longo dos anos. No ano de 1875, com a nova política governamental voltada à educação, foram dados passos significativos para converter a educação em questão do Estado. As contradições entre liberais e católicos tornaram-se mais agudas a partir desse momento. Com o intuito de pôr fim as discordâncias, foi realizado o Congresso Pedagógico de Buenos Aires, convocado em 1882. No Congresso Nacional, o debate girou em torno do projeto da Comissão da Instrução Pública e Culto, apresentado pela bancada de deputados católicos, em que “estabelecia o ensino religioso obrigatório”, os liberais, por outro lado, apresentaram o projeto de educação comum, no qual se defendia o ensino laico (LIONETTI, 2006, p. 85).

Foi entre os anos de 1862 a 1880 que foram traçadas as primeiras medidas que tornar-se-iam a base do ensino laico, para que mais tarde o presidente argentino Julio Roca e o Partido Nacional Autonomista (PAN), pudessem barrar a Igreja e impedir sua interferência na educação pública. Com a Lei 1420 da Educação Comum (1884), estabeleceu-se a natureza obrigatória, estatal e secular da educação, o que configura uma derrota para a Igreja Católica (PULLA, 2011). O projeto de educação proposto pelos liberais, como objetivo formar cidadãos patrióticos, “recuperou e ressignificou um conjunto de valores que tradicionalmente haviam transmitido o catolicismo” (LIONETTI, 2006, p. 98).



O liberalismo foi outra corrente filosófica introduzida na Argentina e foi responsável por embasar economicamente o país. Além disso, em maior ou menor grau, apresentou um caráter anticlerical e teceu também críticas em relação ao poder eclesiástico da Igreja. O que implicou em uma situação não muito confortável para ela. Os processos de consolidação dos estados latino-americanos acarretaram em perseguições e prejuízos à presente instituição em várias partes do continente, como por exemplo, Brasil e Argentina. Juan Alberdi, intelectual liberal de renome, foi responsável por formular programas de governo pautados nos princípios liberais. No que diz respeito à educação, questão que de fato interessa aqui, Alberdi defendia que as instituições educativas eram de suma relevância para a eficiência do sistema econômico. Haja vista que a educação baseada na filosofia positivista e no pensamento econômico liberal seria encarregada de trazer progresso a toda nação. O programa civilizatório (leia-se assemelhar-se à Europa) e as propostas de transformação e melhoria da Argentina (especialmente a partir dos investimentos em indústrias, reformas urbanísticas e imigração europeia) repousavam sobre a escola. Para tanto, defendiam-se a disseminação de escolas públicas e gratuitas por todo o território argentino (PALERMO, 1997). Bandeira levantada também pela Maçonaria.

A Maçonaria na Argentina foi introduzida pelas mãos dos liberais espanhóis, como defendem alguns estudiosos. Sua introdução em território argentino se deu ainda no século XVIII com a fundação da Loja da Independência, cuja fundação remete ao ano de 1795, então presidida por Julián Alvarez. A partir daí passou a desempenhar um papel expressivo em acontecimentos relevantes, tais como as invasões britânicas, e especialmente na Revolução de Maio. Grande parte dos envolvidos no processo revolucionário que culminou com a independência do país eram maçons. Entre eles, Manuel Alberdi e Mariano Moreno, figuras consagradas na história política da Argentina. Houve também a filiação de atores políticos a organizações de raízes maçônicas, tais como a Loja Independência (1801) ou o Grupo dos Sete, como Manuel Belgrano, Juan José Antonio Castelli. A Maçonaria esteve relacionada ao contexto nacional político de significativo desenvolvimento argentino, ao mesmo tempo em que produziu transformações sociais, fora de iniciar questionamentos culturais. Reunia em suas diversas tendências progressistas a defesa pelo laicismo do Estado.

As lojas maçônicas, como a Loja Voltaire (em Córdoba), espalharam-se pela Argentina. Nessa cidade (Córdoba), aliás, estavam instaladas quatro lojas argentinas e uma inglesa, além da loja *Jacobo de Malay, Piedad y Unión, General Sarmiento*. Havia no total, de acordo com Ana María Larregle (s. d.), 15 lojas espanholas, uma inglesa, uma eslava, uma dezena de inglesas, uma alemã, para mais das estadunidenses. Outrossim, das diversas lojas argentinas que contavam com um significativo número de estrangeiros, todas elas atuavam de forma interdependente. Essa rede de lojas espalhadas pelas cidades argentinas resultou ainda em um mecanismo de apoio, socialização e integração de imigrantes europeus que chegavam no país. A irmandade também foi muito crítica em relação à educação de acordo com os preceitos da Igreja. Outra bandeira levantada refere-se à defesa pelo Estado laico e, conseqüentemente, da educação sem interferências por parte da Santa Sé.

No final do século XIX e especialmente no início do XX, na Argentina, o conflito sobre a educação religiosa ganhará um novo fôlego advindo, sobretudo, do contexto no qual movimentos políticos, econômicos e filosóficos questionavam a influência que a Igreja exercia no campo educacional. A disputa com o Estado argentino sobre o controle do ensino foi um dos principais pontos das tensas relações da Igreja com a política. O estabelecimento de um sistema nacional de ensino “juntamente com o casamento civil, a nacionalização de cemitérios e o registro de cidadãos implementados pelo presidente Julio Roca, [...] implicou para a Igreja o deslocamento de seu lugar na sociedade!” (TORRES, 2014, s. p.). Foi ainda nesse período que o movimento anarquista “sacudiu” o país. Não foi somente na luta por direitos trabalhistas que os anarquistas estiveram atuantes na Argentina. A educação também recebeu atenção expressiva do movimento. Para eles, a educação agia como um instrumento de dominação, utilizado pelo Estado e igrejas, seja católica ou protestantes. A defesa do movimento era de que a educação fosse um agente transformador dos sujeitos e não um mecanismo de opressão. No campo libertário, várias correntes procuravam repensar a educação, entre elas o racionalismo (SANTOMASO, 2011).

Entre os anos 1912 e 1914, estiveram em circulação em Buenos Aires duas importantes revistas, a *Francisco Ferrer* (1911) e *La Escuela Popular* (1912), e foi nessa última que o ideário racionalista foi difundido. No geral, a educação racionalista consistia em difundir a pedagogia baseada na criticidade e razão.

As revistas, por sua vez, tinham como objetivos difundir a chamada educação racionalista e juntar forças para a fundação das Escolas Modernas aos moldes da filosofia anarquista. Poucos anos antes, os anarquistas já haviam realizado experiências na educação em algumas regiões do país e, em todas foram reprimidas pelo Estado. Dessas experiências, as que alcançaram certo êxito foram, respectivamente, “a Escola Laica de Lanús que funcionou desde 1906; a mencionada Escola Moderna de Buenos Aires que foi inaugurada em novembro de 1907; a Escola Moderna de Villa Crespo inaugurada em 1908 sob a direção de Renato Ghia; e a Escola Moderna de Luján fundada em 1907” (SANTOMASO, 2011, p. 2). A Lei 7029, Lei de Defesa Social de 1910, pôs fim às experiências anarquistas na educação.

No ano de 1906, o pensador espanhol Francesc Ferrer i Guàrdia fundou a *Liga Internacional para la Educación Racionalista de la Infancia*, que desencadeou a fundação de escolas modernas, ou seja, embaçadas nos ideais anarquistas. Em seu livro *La Escuela Moderna*, que resulta da compilação de suas ideias acerca do movimento do mesmo nome (Escola Moderna), Ferrer enfatizava a necessidade de “renovar a educação da infância, trabalhar para a transformação da escola e adotar melhorias progressivas: ou fundar novas escolas racionalistas” (GUÀRDIA apud SANTOMASO, 2011, p. 6).

Ao que pese, a educação constituiu-se como uma ferramenta importante para o anarquismo. Em sua proposta de educação libertária, a crítica recaía ao modelo educacional instituído que, segundo ele, tinha como objetivo somente moldar sujeitos para serem obedientes ao Estado, a Igreja etc. As escolas modernas criadas pelos anarquistas eram imbuídas do ideário racionalista que, em linhas gerais, pressupunha a fundação de escolas responsáveis pela difusão do ensino científico e humanitário. Algumas correntes anarquistas defendiam que a educação popular não deveria focar apenas nas crianças, mas também nos adultos, nos trabalhadores, professores, pais, ou seja, deveria atender às massas como um todo (GONZÁLEZ, 2012).

O socialismo, que esteve muito atuante nas lutas por direitos trabalhistas, demonstrou que suas reivindicações não se restringiam a essas questões. Introduzido no país ainda no século XIX, o movimento contrapunha-se à velha política oligárquica que privilegiava alguns grupos em detrimento da maioria. Saíam, portanto, em defesa da democracia representativa, da qual os imigrantes deveriam ser partícipes. Parte daí a luta para que os mesmos fossem consi-

derados cidadãos argentinos. A educação também esteve no cerne das discussões e reivindicações socialistas. Os mesmos defendiam uma educação laica, estatal e obrigatória, separação entre Igreja e Estado, supressão do Exército, reconhecimento da cidadania para estrangeiros residentes há mais de um ano no país, igualdade entre os sexos, voto feminino e o divórcio (GRACIANO, 2010). Reinvidicações estas que chocavam com os interesses da Igreja Católica. As críticas provenientes de diversos movimentos “sacudiram” as bases da instituição. Não demoraria para a mesma reorganizar-se e investir em mecanismos que viabilizassem sua manutenção como a instituição poderosa que fora outrora.

#### A EDUCAÇÃO NA ÓTICA DO CATOLICISMO ROMANO E A CRÍTICA AOS MODERNISTAS

Nos parágrafos acima, expus algumas ideias dos principais movimentos políticos e filosóficos em relação à educação na Argentina. Procurei enfatizar que suas críticas não se restringiram ao âmbito do ensino, embora esse seja o objetivo do texto. Diante desse quadro, a Igreja Católica vinha sofrendo para mais da contínua perda de poder que anteriormente possuía, e a mesma procurou reorganizar e/ou repensar sua atuação na América Latina. As cartas encíclicas foram escritas e publicadas pelos papas Pio IX, Leão XIII e Pio X entre o final do século XIX e início do XX. O assunto foi tratado também no Concílio Plenário Latino-Americano, realizado em Roma, em 1899. Aqui, destaco a questão da educação, isto é, a educação na perspectiva católica, partindo especialmente das encíclicas. Outra questão de suma importância é trazer algumas críticas à educação defendida pelos movimentos políticos e filosóficos discutidos anteriormente. Era importante, além das críticas, incentivar a implementação de colégios católicos que viessem propagar a fé católica. Para isso, incentivou-se também a entrada e atuação de congregações católicas que estivessem dispostas a atuar nesse ramo. As discussões tecidas nesta seção baseiam-se sobretudo nas análises realizadas sobre as seguintes cartas encíclicas: *Syllabus* (1864), *Humanum Genus* (1884), *Libertas Praestantissimum* (1888), *Rerum Novarum* (1891) e *Pascendi Dominici Gregis* (1907).

Durante os pontificados de Pio IX (1846-1878), de seu sucessor Leão XIII (1877-1903) e Pio X (1903-1914), a Igreja Católica intensificou suas ações com

o intuito de combater a expansão do “liberalismo, do racionalismo e de seus impactos nos campos religioso, filosófico e político” (COELHO, 2016, p. 15), e o espiritismo (MENDONÇA, s. d.), encarados como “inimigos” da Igreja, na medida em que “ameaçavam” seu poderio e influência em várias frentes, como na política e educação. O investimento da Igreja Católica na educação constituiu-se em uma tentativa de recristianizar a sociedade (COLOMBO, 2018) e era, portanto, um importante mecanismo de evangelização.

Resulta daí o fato de que grande parte das congregações fundadas no decorrer do século XIX e início do XX, voltam-se para a educação. No mesmo período, muitas congregações católicas, especialmente femininas, se estabeleceram nos países latino-americanos e grande parte delas dedicava-se à educação. Para Coelho, o “combate ao mundo moderno ficou conhecido como ultramontanismo, pois pregava a total submissão dos poderes temporais à autoridade papal, situada ‘além dos Alpes’” (COELHO, 2016, p. 15). A Igreja buscava reagir e “combater” o mundo moderno com adoção de uma orientação política marcada pelo centralismo romano, processo que ficou conhecido como ultramontanismo. A América Latina era um terreno fértil para o dito modernismo. Nesse período, grande parte dos países independentes adotavam o republicanismo e, com ele, a laicização do Estado:

estabelecida sobre uma frágil estrutura institucional no território nacional, a Igreja Católica argentina foi constituindo sua identidade em um terreno de disputas diante das posições liberais das elites dominantes do país. O processo de formação do Estado-nação, a suposta mobilização da própria Igreja, assim como, de outras organizações civis impulsionadas por ela com o objetivo de catolizar os espaços políticos de participação social e de produção cultural. (TORRES, 2014, p. 167)

Voltando à questão educacional, que também integrava a nova política da Igreja. A Santa Sé reagiu ao laicismo do Estado e da educação, que aliás já estava sendo discutido em outros países, como o Brasil. A crítica ao modernismo e a adoção da postura antiliberal dominante no catolicismo argentino era parte da “trama ideológica” da Igreja Católica, como bem define Torres (2014). Seu sustentáculo era a denúncia feita pelo papa Pio IX na encíclica *Syllabus* (1864). Nela, o pontífice denuncia os “horrores contemporâneos”, entre eles a intervenção e controle do Estado sobre a educação. Propunha ainda

travar um conjunto de erros que punham em causa a identidade da Fé Católica, como o racionalismo, o galicismo, o estatismo com a sua pretensão de monopolizar o ensino, o socialismo que pretendia subordinar totalmente a Família ao Estado, e o economicismo que pretendia subordinar toda a organização da sociedade à produção de riqueza. (FELÍCIO, 2002, p. 385)

As discussões acerca da temática estenderam-se ao longo dos anos. No ano de 1875, a nova política governamental deu os primeiros passos para converter a educação em questão do Estado. As contradições entre liberais e católicos tornaram-se mais agudas a partir desse momento. Com o intuito de pôr fim às discordâncias, foi realizado o Congresso Pedagógico de Buenos Aires, convocado em 1882. No Congresso Nacional, o debate girou em torno do projeto da Comissão da Instrução Pública e Culto, apresentado pela bancada de deputados católicos, em que se estabelecia o ensino religioso obrigatório, os liberais, por outro lado, apresentaram o projeto de educação comum, no qual se defendia o ensino laico (LIONETTI, 2006).

Foi entre os anos de 1862 e 1880, que as bases para que o presidente argentino Julio Roca e o Partido Nacional Autonomista (PAN), pudessem mais tarde diminuir a influência e participação da Igreja na educação nacional. Com a Lei 1420 da Educação Comum (1884), estabeleceu-se a natureza obrigatória, estatal e secular da educação. Essa foi sem dúvidas, uma derrota para a Igreja Católica (PULLA, 2011). O projeto de educação proposto pelos liberais tinha como objetivo formar cidadãos patrióticos e desprendidos de dogmas religiosos (LIONETTI, 2006). Em resposta à referida lei, a Igreja Católica estimulou a criação de novos colégios católicos, centrados na formação das classes dirigentes, e ampliou a oferta educativa de algumas ordens religiosas. Outra estratégia foi o incentivo à entrada de congregações católicas voltadas à atuação na educação, como já fora mencionado em outro momento deste trabalho. Nos anos que se seguiram, conforme assinala Torres (2014, p. 172), “a Igreja argentina concentrou-se na consolidação, unificação e disciplina do conjunto de estabelecimentos educativos católicos”. Esse processo de centralização institucional de um sistema educacional alternativo ao proposto pelo Estado incluiu a criação e aprovação de um plano de educação católica (ZANATTA apud TORRES, 2014, 172), que tinha como objetivo instituir uma instrução religiosa em todas as escolas geridas pela Igreja. Mais tarde, em 1925, foi criado o Conselho Supe-

rior de Educação Católica, órgão que “marcaria as diretrizes oficiais para as instituições educativas católicas do país” (TORRES, 2014, p. 172).

No ano de 1888, o papa Leão XIII publicou a carta encíclica *Libertas Praestantissimum*, que tratava da liberdade humana. Nela, o pontífice criticou a liberdade de ensino defendida pelos ditos modernistas e a definiu como falsa liberdade de ensino. Para ele, a liberdade resultava em um ensino, de certa forma, sem responsabilidade, o que produzia “transtornos nos espíritos”. Caberia ao Estado o papel de frear tal prática, caso contrário, estaria contra seu dever. É claro que o papado pressupunha nas “entrelinhas” do documento que a educação confessional católica era a única capaz de conduzir as pessoas à verdadeira liberdade que, de acordo com os dogmas da Igreja, é Cristo.

A Santa Sé expôs sua concepção acerca da verdadeira liberdade de ensino que se baseava unicamente na verdade, cuja representante única na Terra seria a Igreja, uma sociedade perfeita. À esta sociedade (Igreja), Deus confiou todas as verdades e “[...] ordenou a todas as nações que obedecessem aos ensinamentos da sua Igreja [...] sob pena de perda eterna para aqueles que isto transgredissem” (LEÃO XIII, 1888, s. p.). A Igreja, tornada instituição infalível por Deus seria a mais apta “e segura mestra dos homens e tem em si um direito inviolável à liberdade de ensinar” (idem).

O tema também foi discutido no *Concilio Plenario de la América Latina*, realizado em Roma em 1899. A Santa Sé condenou veementemente a proposta de educação laica, defendida pelos movimentos políticos e filosóficos, tais como o positivismo, o socialismo, o anarquismo etc., que militavam em defesa da educação laica. No capítulo 3, que trata sobre a temática, registra-se,

portanto, os motivos que têm para chorar amargamente, ao ver que, hoje em dia, em muitos países seus filhos lhes são retirados desde a mais tenra idade, e obrigam-lhes a frequentar escolas, onde há de se manter absoluto silêncio sobre a existência de Deus, e não se dão sobre ela, senão notícias imperfeitas e errôneas; onde não há barreiras contra a multidão de erros, nem fé no ensinamento divino, nem há espaço para a verdade para que esta se defenda de si mesma. (ACTAS..., Cap. 3, 134, p. 90)

Na encíclica *Humanum Genus* (1884), a crítica também recai sobre a defesa pela educação laica, de acordo com a Maçonaria. A irmandade defendia o ensino laico e sem interferência da Santa Sé, que inclusive a acusava de “mol-

dar” as opiniões das crianças e da juventude da forma como lhe convinha. Papa Leão XIII se posicionou contrariamente aos maçons, no que se refere ao ensino:

na educação e instrução de crianças eles não permitem qualquer participação, quer no ensinamento ou na disciplina, aos ministros da Igreja; e em muitos lugares eles têm procurado obter que a educação dos jovens esteja exclusivamente nas mãos de leigos, e que nada que trate dos mais importantes e mais sagrados deveres dos homens para com Deus devam ser introduzido na instrução sobre moral. (LEÃO XIII, 1884, s. p.)

Tal crítica à liberdade e ao modernismo no ensino foi ratificada na encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, publicada pelo papa Pio X, em 1907. A mesma aborda sobre as “Doutrinas Modernistas”. De modo geral, o modernismo, para o papa, “não se trata de doutrinas vagas e desconexas, mas de um corpo uno e compacto de doutrinas em que, admitida uma, todas as demais também o deverão ser”, de forma que sintetizam “todas as heresias”, visto que “tão longe se adiantaram eles (os modernistas), como já o notamos, que destruíram não só o catolicismo, mas qualquer outra religião” (PIO X, 1907, s. p.). Partia daí a necessidade de agir de maneira direta e eficaz para que os “inimigos” pudessem ser erradicados, tanto do meio do catolicismo (os liberais), quanto da sociedade de forma geral. O papa advertia os clérigos para averiguarem com cuidado “vestígios do modernismo, tanto nos livros como no magistério”, pois esse (modernismo) se constituía em uma “ciência enganadora”.

Já foi discutido em outro momento deste trabalho que a Igreja Católica concebia a educação como uma forma de evangelização, isto é, a atuação na mesma na educação era um mecanismo de propagar a fé católica. A defesa dos modernistas pelo ensino laico contrariava os interesses da Santa Sé em se manter atuante nessa área, assim como colocava em cheque sua influência no ensino público. Na Argentina, bem como em outros países, a exemplo do Brasil, a educação foi desde o processo de colonização um campo privilegiado de ação da Igreja (TORRES, 2014). Porque ela garantiu durante parte do período colonial, fiéis, em um momento em que, na Europa, a Igreja vinha enfrentando um desgaste em decorrência da Reforma Protestante. Ela proporcionou que o projeto de viés econômico com objetivo de instituir a prática do trabalho nos indígenas se efetivasse. Foi ela também que contribuiu para incutir nos nativos os valores não apenas religiosos, mas morais, éticos e culturais dos europeus. Mais tarde,



contribuiu de forma significativa para a manutenção da Igreja num período de disputas e crises, decorrentes, sobretudo, das críticas e atuação dos modernistas.

## ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

A América Latina, especialmente no século XIX, passou por mudanças e transformações, muitas delas advindas da entrada de filosofias. Algumas passaram a questionar estruturas políticas, sociais e econômicas então estabelecidas. Chamei atenção para a defesa que socialistas, anarquistas, maçons, entre outros, fizeram pela educação pública, gratuita e, sobretudo, laica. Criticavam a interferência da Igreja na educação, pois acreditavam que a educação confessional não correspondia aos anseios dos novos tempos. Limitar a atuação da Igreja na educação era também uma forma de diminuir sua capacidade de influência na sociedade, haja vista a importância da educação ao longo da história do catolicismo romano.

Do outro lado, a Santa Sé tratou de defender seus interesses e passou a atacar os modernistas. As cartas encíclicas, especialmente aquelas escritas pelos papas Leão XIII e Pio X, são enfáticas quanto à “necessidade” de combater os movimentos, verdadeiras “ervas daninhas”. Mas nem só de críticas seria possível combater os “inimigos”. Assim, a Igreja passou então a incentivar a entrada de congregações católicas que viessem atuar na educação, bem como estimulou a criação de muitos colégios espalhados pelo país. Do embate, ambas as partes saíram de certa forma vitoriosas. Os modernistas, na década de 1880, com a Lei 1420 da Educação Comum, tornaram a educação pública, gratuita, obrigatória e laica. A Igreja, de seu lado, fortaleceu-se a partir de suas estratégias e reconquistou seu lugar na sociedade argentina, inclusive na educação, com uma vasta “rede” de colégios confessionais espalhados pelo país.

## REFERÊNCIAS

### *Fontes*

LEÃO XIII. *Humanum Genus*, 1884. Carta Encíclica do Sumo Pontífice. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_18840420\\_humanum-genus.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_18840420_humanum-genus.html). Acesso em: 25 mai. 2019.

LEÃO XIII. *Libertas Praestantissimum*, 1888. Carta Encíclica do Sumo Pontífice. Disponível em: <https://www.capela.org.br/Magisterio/LeaoXIII/libertas.htm>. Acesso em: 11 mai. 2019.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum*, Roma/Itália, 15 de Maio de 1891. Carta Encíclica do Sumo Pontífice. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html) Acesso em: 05 jun. 2019.

PIO X. *Pascendi Dominici Gregis*, Roma/Itália, 8 de setembro de 1907. Carta Encíclica do Sumo Pontífice. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf\\_p-x\\_enc\\_19070908\\_pascendi-dominici-gregis.html](http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html). Acesso em: 19 mai. 2019.

### **Bibliografia**

CATÜRÉLLÍ, Alberto. *La Iglesia Católica y la Masonería: doctrina y documentos*. Córdoba, 1984. Disponível em: [http://www.traditio-op.org/biblioteca/Caturelli/La\\_Iglesia\\_Catolica\\_y\\_la\\_masoneria,\\_Caturelli.pdf](http://www.traditio-op.org/biblioteca/Caturelli/La_Iglesia_Catolica_y_la_masoneria,_Caturelli.pdf). Acesso em: 26 mai. 2019.

CODES, Rosa María Martínez de. *El positivismo argentino: una mentalidad en tránsito en la Argentina del Centenario*. Quinto centenario, nº 14. Ed. Universidade Complutense, Madrid: 1988.

COELHO, Tatiana Costa. *Discursos ultramontanos no Brasil do século XIX: os bispados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro*. 2016, 286 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói/RJ, 2016.

COLOMBO, Maria Alzira da Cruz. As congregações religiosas femininas francesas frente às opções de Secularização ou Exílio na França da Terceira República. *Pro-Posições (Unicamp)*, v. 28, 2017, p. 374-390.

DOMINGUES, Joelza Ester. Iluminismo: liberdade de pensamento e expressão. *Ensinar História*, 2015, s. p.

FELÍCIO, Manuel da Rocha. Na viragem do século (XIX-XX): a crise modernista. *Máthesis*, Universidade Católica Portuguesa, Departamento de Letras, Viseu, 2002, p. 373-387.

GONZÁLEZ, Alexandra Pita. De La Liga Racionalista a cómo educa el Estado a tu hijo: el itinerario de Julio Barcos. *Revista Historia*, nº. 65-66, enero-diciembre 2012, p. 123-141.

GRACIANO, Osvaldo. El Partido Socialista de Argentina: su trayectoria histórica y sus desafíos políticos en las primeras décadas del siglo XX. *A Contra Corriente*, vol. 7, n. 3, 2010, 1-37.

- LIONETTI, Lucía. La educación pública: escenario de conflictos y acuerdos entre católicos y liberales en la Argentina de fines del siglo XIX y comienzos del XX. *Anuario de Estudios Americanos*, 63, 1, enero-junio, p. 77-106, Sevilla (Espanña).
- LARREGLE, Ana María. Consideraciones sobre la Masonería en la Argentina (1900-1920). In: *Masonería, política y sociedad*. Vol. 2, 1989, p. 1111-1120. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/961479.pdf> Acesso em 22 de mai. de 2019.
- MENDONÇA, Antonio Gouvêa. O Protestantismo no Brasil e Suas Encruzilhadas. *Revista USP*, São Paulo, v. 67, n.1, p. 48-67, 2005.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936) - 2009*, 267 fls. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2009.
- O QUE É ENCÍCLICA?, s. d. *Folha Uol*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/papa-enciclica.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- PALERMO, Vicente. Pensamento Político Progressista no Liberalismo Argentino e Mexicano do Século XIX: Juan Bautista Alberdi e Justo Sierra. *Estudos Históricas*, p. 295- 320, 1997.
- PIANNA, Giannino. Iluminismo e Igreja Católica. *Revista Instituto de Humanas-Universinos*, 2012, s. p.
- PULLA, Maria Florencia. Educação pública gratuita na Argentina, história de sucessos, promessas e noites trágicas. *Distintas Latitudes*, Dossiê 08, 2011.
- SANTOMASO, C. Agustina. Educación racionalista en Argentina a principios del siglo XX. *III Encuentro de Investigadores del Anarquismo*, Argentina, 2011, p. 1-10.
- SILVA, Jefferson Olivatto da. *O expansionismo católico na Bemalândia, 1891-1937: as práticas religiosas dos Missionários da África desenvolvidas no Vicariato Apostólico do Niassa Marília/SP*. 2012, 284 fls. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista de “Júlio de Mesquita Filho”, Marília-SP, 2012.
- SHUMWAY, Nicolas. *A invenção da Argentina: História de uma ideia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília, Editora UnB, 2008.
- SOUTHWELL, Myriam. Formato, pedagogías y planeamiento para la secundaria en Argentina: notas sobresalientes del siglo XX. *História da Educação (Online)*. Porto Alegre, v. 22, n. 55 maio/ago. 2018 p. 18-37.
- TALAVERA, Isel Judit. *Primaveras del pensamiento paraguayo: ideários Pacifistas e Integracionistas en el Sacerdote Ramón Talavera*, 209 fls, 2016. Dissertação (Mestrado em Integração Contemporânea da América Latina) - Instituto Latino-America-

no de Economia, Sociedade e Política, Universidade Federal da Integração Latino Americana, Foz do Iguaçu/PR, 2016.

TORRES, Germán. Iglesia católica, educação e laicidad en la historia Argentina. *História da Educação*. Santa Maria, v. 18, n. 44, p. 165-185, dezembro de 2014.

VERÁSTEGUI, Rosa de Lourdes Aguilar. A educação popular de Sarmiento e a condição das populações indígenas na América Latina. *XII Congresso Nacional de Educação*, o III Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação, V Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente, 2015, p. 29048- 29065.

## NOTAS

<sup>1</sup> Esta, como as outras citações originalmente encontradas em língua estrangeira, são traduções minhas.